



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO QUATRO DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e doze, pelas dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros, reuniram sob a presidência do Professor Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Arménio Cerca, Mário Augusto Teixeira e Ângelo Manuel Santos, para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto um - Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades;-----

----- Ponto dois - Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas;-----

----- Ponto três - Pronunciar-se sobre os critérios de organização de horários;-----

----- Ponto quatro - Refletir acerca das sinergias do Agrupamento;-----

----- Ponto cinco - Analisar a reformulação do Projeto Educativo;-----

----- Ponto seis - Assumir posição relativamente à situação da nova Escola.

----- Deu-se início à reunião com a análise e respetiva leitura da ata anterior. A ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções (por não terem estado presentes).-----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que as faltas dos elementos ausentes foram devidamente justificadas (conforme exige o Regimento Interno). -----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos elementos presentes se pretendiam acrescentar mais algum ponto prévio à Ordem de Trabalhos, conforme prevê o Regimento - não houve propostas.-----

----- Antes de iniciar o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, e ainda relativamente a esta, o Presidente do Conselho Geral apresentou aos Conselheiros a seguinte proposta: -----

----- “Em função da escassa informação disponível, devido ao volume de trabalho da presente época, conjugada com a informação dispersa ao nível do Agrupamento e consequente necessidade de compilação, propõe-se que os pontos 1 e 5, respetivamente, *Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades* e *Analisar a reformulação do Projeto Educativo* transitem para a próxima reunião a efetuar em setembro, onde, com um trabalho mais consistente e consubstanciado, se poderá fazer uma análise devida, pertinente e cuidada – porque esse é o nosso desiderato essencial”.-----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos: Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas, o Presidente do Conselho Geral, depois de questionar os elementos presentes sobre os seus contributos para este ponto, não havendo qualquer proposta, procedeu à leitura do seguinte texto: “Estas atividades têm subjacente o Projeto

Educativo e, como tal, o que as deve nortear é o incremento do sucesso educativo e a igualdade de oportunidades. A preocupação com a aquisição de conhecimentos e experiências em contextos diferenciados, a utilização de metodologias diversificadas e ativas, serão o escopo que dará alicerce à política do nosso Agrupamento, devendo, para tal, privilegiar atividades relevantes de carácter pedagógico, científico, cultural e desportivo que: 1. Reforcem a aquisição de competências de aprendizagem por parte dos alunos; 2. Se articulem com os conteúdos programáticos lecionados nas diferentes disciplinas/cursos; 3. Promovam a interdisciplinaridade; 4. Incentivem a motivação dos alunos e tornem a aprendizagem mais atrativa; 5. Reforcem a educação intercultural e contribuam para a inserção social dos alunos e para uma educação inclusiva; 6. Promovam os valores da liberdade, tolerância, solidariedade e cidadania; 7. Promovam a formação pessoal, social, humana, cultural, física, cognitiva e afetiva dos intervenientes; 8. Fomentem a sensibilização para questões de segurança, ambiente e saúde; 9. Reforcem a aproximação escola-comunidade; 10. Promovam a formação do pessoal docente e não docente; 11. Preservem e melhorem as condições físicas das instalações; 12. Fomentem a visibilidade e a projeção do Agrupamento.”-----

----- Referiu, ainda, em conclusão, que se deve observar: “1. Conformidade com o estabelecido no Projeto Educativo, em termos de objetivos e metas. As atividades propostas devem constituir formas de atingir as metas definidas neste ou contribuir para a sua concretização e, igualmente, para a operacionalização dos Projetos Curriculares de Turma; 2. Concordância com as estratégias definidas nos Planos Plurianuais e Anuais de Atividades e consequente integração nestes; 3. Preocupação para que as atividades tenham uma relação direta ou contribuam significativamente para o desenvolvimento das competências de todos os graus e níveis de ensino do Agrupamento, possibilitando aos alunos o acesso ou a consolidação de saberes/aprendizagens de formas inovadoras e distintas; 4. Contribuição para a promoção e desenvolvimento das relações com a comunidade educativa e favorecimento da imagem do Agrupamento.”-----

----- Depois de devidamente analisada, pelos elementos presentes, a proposta de definição de critérios para a participação da escola em Atividades pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas, o Presidente deste Conselho propôs a sua votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----- De acordo com o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos: Pronunciar-se sobre os critérios de organização de horários (Decreto-Lei 75/2008, artigo 13º., alínea m); Decreto-Lei 13-A, de 5 de Junho de 2012, artigo 13º., ponto 6), o Presidente do Conselho Geral apresentou a seguinte proposta: -----

----- “1. **Princípios Gerais** - a) A responsabilidade última da elaboração dos horários e consequente distribuição de serviço são da competência do Diretor; b) A elaboração de todos os horários obedecerá, primordialmente, a critérios de ordem pedagógica; c) Para a elaboração de horários serão respeitados os normativos legais vigentes e o Regulamento Interno; d) Procurar-se-á manter a continuidade do professor no grupo/turma (continuidade pedagógica), bem como do Diretor de Turma, desde que não haja motivos que aconselhem a sua substituição (situações registadas em documentos oficiais, do conhecimento do Diretor, ou outras consideradas ponderosas); e) A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo de recrutamento deverá ser equilibrada (não mais de dois níveis a cada docente); f) Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma designadamente quanto àquelas que apresentem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc.; g) Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores,

apresentem um padrão de baixa assiduidade. -----

----- **2. Critérios gerais** - a) O esquema de funcionamento do Agrupamento de Escolas de Anadia, definido em função da previsão do número de turmas, número de tempos curriculares de cada ano e capacidade dos respetivos espaços, obedecerá ao definido no Projeto Educativo; b) A apresentação de cada horário obedecerá ao esquema de blocos/tempos letivos devidamente definidos quanto ao seu início e conclusão; c) No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário as aulas serão organizadas em blocos de 90 minutos ou tempos de 45 minutos; d) Sempre que as atividades letivas decorram nos períodos de manhã e de tarde, o intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora.-----

----- **3 - Turmas** - a) No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário nenhuma turma deverá ter mais do que 3 blocos de 90 minutos e/ou 6 tempos de 45 minutos consecutivos; b) No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário o número de blocos/tempos não deverá ser superior a 4 blocos e/ou 8 tempos, respetivamente, em cada dia de aulas. -----

----- **4 - Professores** - a) O horário do docente não deve incluir mais de 3 blocos e/ou 6 tempos letivos consecutivos, nem deve incluir mais de 4 blocos e/ou 8 tempos letivos diários; b) As horas de apoio educativo ou outras que sejam atempadamente conhecidas farão parte integrante do horário do docente, sempre em período não coincidente com as atividades letivas dos alunos; c) No horário do Docente, devem ser registadas a totalidade das horas de trabalho, com exceção da componente não letiva, destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais; -

Nota: No respeito pela legislação em vigor, deve o Diretor (após a devida ponderação com base em todos os instrumentos disponíveis e considerando o nível de envolvimento, disponibilidade, comprometimento e diligência de cada docente no que respeita ao Agrupamento) assumir a sua hierarquização nos vários Departamentos, no que respeita à distribuição horária.”-----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que era de considerar aberta a discussão e análise sobre este assunto.-----

----- A representante dos pais, Madalena Flores, disse que, em seu entender, estes critérios deveriam ser definidos pelo Conselho Pedagógico e ao Conselho Geral apenas competia emitir parecer sobre os mesmos.-----

----- O Presidente do Conselho Geral alertou para o facto do Conselho Pedagógico ser um órgão meramente consultivo.-----

----- O Diretor acrescentou que o Conselho Pedagógico, por entender ser da sua competência a definição das linhas orientadoras para os critérios gerais da elaboração dos horários dos alunos, elaborou uma proposta — : “Relativamente ao artigo 13º. - Organização dos tempos escolares: alínea: a) Hora de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas - o Conselho Pedagógico propõe a manutenção dos horários de entrada e saída que estiver em vigor no presente ano letivo com as diferenças existentes entre estabelecimentos de ensino, motivadas pela organização dos transportes escolares; b) Distribuição dos tempos letivos, assegurando a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia - o Conselho Pedagógico propõe sempre que possível os horários do 11º. e 12º anos devam funcionar num horário de um só turno e incluir assim a educação física no período da manhã; c) Limite do tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos do dia - o Conselho Pedagógico propõe que o limite máximo entre turnos nos horários dos alunos, sejam de cento e trinta e cinco minutos; d) Distribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana - o Conselho Pedagógico propõe que se evitem dias consecutivos e repetição dos

últimos períodos da tarde e do início da manhã para a mesma disciplina; e) Distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira - o Conselho Pedagógico propõe que as línguas estrangeiras não sejam colocadas em sequência no mesmo dia dos horários dos alunos; f) Alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas resultantes das ausências dos docentes - o Conselho Pedagógico propõe que se alterem pontualmente os horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas resultantes das ausências dos alunos e/ou docentes, sempre que se justifique; g) Distribuição dos apoios a prestar aos alunos, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal - o Conselho Pedagógico propõe que a distribuição dos apoios a prestar aos alunos tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal, se faça em horário fixo para os alunos do 2º. Ciclo e que no 3º. ciclo e secundário se faça por conjugação entre a disponibilidade dos professores e dos alunos ao nível dos seus horários, podendo neste caso ser pensada numa fase avançada/final de elaboração dos horários.”-----

-----Face ao exposto, e depois de devidamente analisada a proposta apresentada pelo Conselho Pedagógico, o Presidente do Conselho Geral questionou os elementos presentes se, em virtude de existirem duas propostas **distintas e porque os critérios nelas contemplados não se repetem, se poderiam** articular as mesmas. Entendeu-se (por unanimidade) que assim se poderia fazer. -----

----- Depois de devidamente analisadas, as propostas do Conselho Geral e do Conselho Pedagógico, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação.-----

----- Foram ambas aprovadas por unanimidade em sete de julho de dois mil e doze.-----

----- Prosseguindo para o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho Geral referiu que era de considerar aberta a discussão sobre a análise e reflexão acerca das sinergias do Agrupamento.--

----- O professor Paulo Carvalho começou por se pronunciar dizendo que só faz sentido um Agrupamento se todos puxarem para o mesmo lado. Relevou a necessidade de congregação de vontades e esforços entre os vários ciclos de ensino. -----

----- Relativamente à questão do professor Paulo Carvalho, o Presidente do Conselho Geral acrescentou que todos devem trabalhar, congregar esforços e que faz todo o sentido enveredar por essa sinergia, dentro do Agrupamento. -----

----- Sobre este assunto, mencionou a importância da questão estruturante, de fundo, nomeadamente a questão das provas iguais nas várias escolas, para que exista uma conjugação efetiva e real que se faz nas planificações, orientações e nos critérios, para dar origem a uma mesma política educativa. -----

----- O Conselho Geral deixou expressa a recomendação ao Diretor de que os manuais escolares devem ser iguais em todo o Agrupamento. -----

----- A vereadora Rosa Tomás partilhou com os Conselheiros a divulgação de um programa que foi instituído na Biblioteca Municipal de Anadia, que consiste na recolha de manuais escolares. A Câmara Municipal aceita manuais escolares e, consequentemente, procede à sua entrega a pessoas carenciadas, baseado em critérios pré-estabelecidos. Este programa foi divulgado através da Biblioteca e nas respetivas escolas de ensino público e privado.-----

----- Dando cumprimento ao último ponto da Ordem de Trabalhos: Assumir posição relativamente à situação da nova escola, o Diretor informou que lhe foi transmitido pelo responsável, da Parque Escolar que as obras iriam recomeçar em dezembro ou janeiro. -----

----- A vereadora Rosa Tomás confirmou ser também essa a informação, que lhe tinha sido comunicada pelo Gabinete do Ministro aquando da interrupção das obras.-----

----- Depois de devidamente analisada esta questão pelos elementos deste Conselho, foi consensual que fosse elaborado um documento, devidamente fundamentado, para enviar à Direção Regional de Educação do Centro e ao Ministério da Educação e da Ciência, que exponha todas as fragilidades das instalações do Agrupamento e a necessidade imperiosa de uma nova escola. Sem ela a qualidade pedagógica diminui substancialmente e leciona-se em condições precárias com prejuízo nítido para os alunos.-----

----- O Conselho Geral determinou que se enviassem dois ofícios: um remetido pelo Agrupamento de Escolas de Anadia e o outro pela Câmara Municipal de Anadia, a fim de reforçar este assunto. -----

----- O Presidente do Conselho Geral questionou os Conselheiros se pretendiam ainda colocar alguma questão que entendessem ser pertinente. -----

----- As representantes dos pais/encarregados de educação deixaram a recomendação ao Diretor de que relativamente às datas das visitas de estudo, estas deveriam ser programadas com a devida articulação de modo a que não se realizasse mais do que uma por mês e ainda que não ficassem todas agendadas para o terceiro período. Esta situação acarreta custos adicionais para o agregado familiar o que provocou algum descontentamento e as consequentes reclamações por parte dos pais/encarregados de educação.-----

----- O Presidente do Conselho Geral propôs aos presentes se na próxima reunião se poderiam incluir na Ordem de Trabalhos, os seguintes assuntos: Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea f); Analisar a reformulação do Projeto Educativo;-----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- A próxima reunião ficou agendada para o dia doze de setembro de dois mil e doze, às dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros.-----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata. -----

----- Adenda: O Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de Julho de 2012, que republica (introduzindo-lhe alterações) o Decreto-Lei 75/2008, determina, no seu artigo 13º, alínea s: Aprovar o mapa de férias do Diretor.-----

----- Face a esta legislação, o Conselho Geral foi unânime em aceitar a proposta de férias apresentada pelo Diretor do Agrupamento. -----

O Presidente do Conselho Geral

(Aníbal Marques)

A Secretária

(Clara Mira)